

# POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



*Esta seção trata das táticas do governo golpista para conseguir aprovar mais um retrocesso, a Reforma da Previdência, além de uma Medida Provisória promulgada e enviada ao Congresso Nacional para alterar aspectos do desmonte das leis trabalhistas promovida pelo mesmo governo. Por fim, traz pesquisa do Instituto Vox-Populi em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que aponta a liderança do ex-presidente Lula em todos os cenários, além da rejeição à nova lei trabalhista e aos deputados que votaram pela sua aprovação.*

## **Governo retoma desmonte de direitos**

Após se livrar de duas denúncias feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), à época sob o comando de Rodrigo Janot, Temer e seu governo tentam retomar a agenda de desmontes e de retirada de direitos do trabalhador brasileiro. O governo volta a falar em reformar a Previdência Social no país, mas prevê uma reforma menos profunda que a anunciada no ano passado pela equipe econômica e rejeitada nas ruas na greve geral realizada em abril de 2017. A Reforma está pronta para ser votada no Plenário da Câmara dos Deputados. Por ser uma Proposta de Emenda à Constituição, precisa de 308 votos para ser aprovada, número que o governo está longe de ter. Na segunda denúncia, por exemplo, menos da metade da Câmara votou em favor de Temer: 251 votos pelo arquivamento. No Senado, serão necessários 49 votos.

Para diminuir o custo político da Reforma, que pode

prejudicar deputados e senadores nas eleições de 2018, o governo irá alterar o conteúdo da PEC junto ao relator, deputado Arthur Maia (PPS-BA). Há a possibilidade de aprovar a Reforma de forma fatiada, promulgando os pontos consensuais, enquanto os temas nos quais os deputados e senadores divergem seguem em discussão no Congresso. A Reforma deve incluir uma idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres, a equiparação dos regimes de aposentadoria de servidores públicos e trabalhadores do setor privado, manutenção da vinculação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao salário mínimo e retirar trechos que afetariam os trabalhadores rurais.

Outro item pautado pelo governo é novamente alterar a lei trabalhista, mas dessa vez com mudanças na própria Reforma cuja aprovação final no Senado se deu em julho. O Planalto editou a Medida Provisória 808/2017, que já entrou em vigor e deverá ser aprovada no Congresso Nacional para

ser convertida em lei. A MP foi publicada no dia 14 de novembro, três dias depois do desmonte da CLT entrar em vigor, e alterou alguns aspectos da Reforma, como o acesso ao seguro-desemprego para trabalhadores sob o regime de trabalho intermitente, a presença de gestantes e lactantes em locais com qualquer grau de insalubridade, o estabelecimento de jornada de doze horas de trabalho com 36 horas de descanso, entre outros aspectos. Com a MP, trabalhadores intermitentes não podem acessar o seguro-desemprego e trabalhadores demitidos só podem ser recontratados sob regime intermitente após dezoito meses. Já para gestantes e lactantes, a MP minimiza o trecho que autorizava que estas trabalhassem em lugares insalubres, permitindo essa situação apenas em grau médio com a apresentação “voluntária” de atestado médico. No caso da jornada de 12x36, esta só poderá ser adotada por meio de convenção coletiva ou acordo coletivo.

A Medida Provisória foi feita em articulação do governo golpista com senadores da base aliada, fato que descontentou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que defendia um Projeto de Lei para alterar trechos com discussão nas duas casas e tramitação completa. De acordo com Maia, a MP é um erro e, ao não consultar a Câmara, Temer pode ter problemas na tramitação da MP na casa.

### **Reforma ministerial e mudanças na base aliada**

Um dos recursos utilizados pelo governo golpista para reorganizar a base aliada foi a realização de uma reforma ministerial. As alterações são uma resposta à pressão do centrão, bloco parlamentar que reúne partidos fisiológicos e parlamentares conservadores das bancadas evangélica, ruralista e da bala, que cobrava mais cargos dentro do governo federal para seguir votando com Temer. O principal alvo do centrão foram os cargos que eram ocupados pelo PSDB. Segundo o bloco parlamentar, enquanto os seus parlamentares foram fiéis ao governo golpista nas votações das denúncias da Procuradoria-Geral da República, os tucanos ensaiavam desembarque do governo, apesar dos quatro ministérios que ocupava. O ministério mais cobiçado pelos partidos do centrão, entre eles o PP, PSD, PR, PTB, PRB, entre outros, era o Minis-

tério das Cidades, que tem controle sobre políticas como o Minha Casa Minha Vida.

O então ministro das Cidades, o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), se demitiu do ministério ao alegar que já não possuía apoio de seu partido para desempenhar suas funções, deixando o caminho aberto para que Temer e seus articuladores políticos loteassem o ministério. Com isso, o Planalto anunciou o nome do deputado Alexandre Baldy para a pasta. Após o anúncio, Baldy foi desfiliado do seu partido, o Podemos, ex-PTN, que alegou que o cargo era incompatível com a posição de independência do Podemos em relação ao governo. Cargos de segundo e terceiro escalão dentro do ministério das Cidades devem ser distribuídos para os demais partidos do centrão. Baldy sinalizou para esses partidos, prometendo rever a construção de unidades do Minha Casa Minha Vida, anunciadas ainda na gestão de Araújo, que devem ser transferidas para redutos eleitorais do centrão.

Outro ministro tucano que deve ser exonerado ou realocado é Antonio Imbassahy (PSDB-BA), ministro-chefe da Secretaria de Governo. Imbassahy é outro que sofreu represálias do centrão, cujos deputados pararam de despachar com ele. À época da votação da segunda denúncia, Imbassahy chegou a ser substituído na função de negociar cargos e emendas parlamentares com deputados. Especula-se que o tucano seja realocado para a pasta dos Direitos Humanos, que hoje está sob o comando da também tucana ministra Luislinda Valois (PSDB-BA).

Dentro do PSDB, a disputa segue em torno de sair ou não formalmente do governo Temer. Ainda sem uma definição precisa sobre a saída, o partido passou por uma troca de comando articulada por Aécio Neves (PSDB-MG), presidente afastado do PSDB. Aécio destituiu o também senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) da presidência interina e indicou o ex-governador de São Paulo Alberto Goldman para a posição. A disputa se dá em torno de dois grupos políticos que defendem posições antagônicas para os rumos do partido: um grupo que defende o desembarque do governo, próximo a Jereissati, e outro que defende a continuidade da aliança com Temer, próximo a Aécio. A saída formal não garante,

no entanto, que o PSDB irá votar contra o governo em projetos que são da agenda do PSDB, a mesma que foi derrotada por quatro eleições seguidas e só pode ser aplicada por meio de um golpe: desmontes do Estado, privatizações e retirada de direitos.

### Cenários favoráveis ao campo democrático-popular

Uma pesquisa feita pelo Instituto Vox Populi em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre os dias 27 e 31 de outubro, apontou uma conjuntura favorável para o campo democrático-popular na opinião pública. A pesquisa traça cenários de intenção de voto para as eleições presidenciais em 2018, além de mensurar a rejeição à Reforma Trabalhista e aos parlamentares que a aprovaram no Congresso Nacional.

A pesquisa aponta que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva segue liderando todos os cenários eleitorais para 2018, apesar de ligeira queda. A intenção de voto espontânea em Lula, ou seja, aquela na qual o entrevistado declara seu voto sem ter recibo nenhuma lista ou cartão com nomes, é de 35%. Em segundo lugar aparece o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), com 10%, em terceiro Marina Silva (Rede-AC) e nenhum tucano soma mais que 1%. Declararam espontaneamente que votarão em branco ou nulo 18%, e 26% não sabem em quem votar.

Já nos cenários estimulados, onde uma lista de candidatos é apresentada ao entrevistado, Lula soma 42%, frente a 16% de Bolsonaro, 7% de Marina, 5% de Alckmin (PSDB-SP) e 4% de Ciro Gomes (PDT-CE). Nesse cenário, que também inclui Álvaro Dias (Podemos-PR), Luciana Genro (PSOL-RS), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Eduardo Jorge (PV-SP) e Michel Temer (PMDB-SP), todos com 1% ou menos, 15% declaram voto nulo ou em branco, e 8% não sabem ou não quiseram responder. Em outros dois cenários que incluem o apresentador Luciano Huck ou o prefeito de São Paulo João Doria (PSDB-SP), Lula somaria 41% e 43%, respectivamente. Em todos os cenários de primeiro turno Lula aparece na soma de votos válidos, que exclui votos brancos/nulos e indecisos, com mais de 50% das intenções, o que indica uma possibilidade de vitória em primeiro turno.

Em todos os cenários de segundo turno, Lula venceria com mais de vinte pontos de vantagem.

De acordo com a pesquisa, Lula é considerado o melhor presidente que o país já teve por 51%, e é admirado por 64% dos brasileiros. De acordo com 48% dos entrevistados, cabe ao povo brasileiro e às urnas julgar Lula, e não a Sergio Moro ou outros juizes. Dos entrevistados, 57% acham que Lula deveria poder ser candidato, e 41% afirmam que com certeza votariam em Lula, enquanto outros 15% responderam que poderiam votar. No Nordeste, 65% votariam com certeza no ex-presidente. Os candidatos mais rejeitados são os tucanos Alckmin e Doria, com 72%, seguidos de Ciro Gomes (71%), Luciano Huck (66%) e Marina Silva (65%).

O Instituto também mensurou a rejeição à Reforma Trabalhista e aos deputados que apoiaram o desmonte da CLT. De acordo com a pesquisa, 81% dos entrevistados desaprovam a nova lei trabalhista, 6% aprovam, 5% são indiferentes e 8% não quiseram ou não souberam responder. Os segmentos com maior rejeição são a região Sudeste, com 89%, os que possuem ensino médio, com 86%, e os que possuem renda familiar de dois a cinco salários mínimos. Dos entrevistados, 67% afirmam que a nova lei é boa para os patrões e 15% responderam que não é boa para ninguém.

Segundo a pesquisa, 79% dos entrevistados não votariam em deputados que apoiaram a Reforma, enquanto 6% votariam em deputados pró-Reforma. As regiões do país com maior índice de rejeição a estes deputados são a Sudeste e Nordeste, com 86% e 82%, respectivamente. Outros segmentos nos quais a rejeição é maior que a média são entre os entrevistados com renda familiar de dois a cinco salários mínimos, com 83%, mulheres, com 80%, e os que possuem ensino médio, com 84%. O presidente da CUT, Wagner Freitas, afirmou, ao comentar os resultados, que “quanto mais se informam sobre a Reforma, mais os trabalhadores rejeitam as mudanças na CLT que o empresariado mais conservador e ganancioso mandou Temer encaminhar para aprovação no Congresso”. A pesquisa possui margem de erro de 2,2 pontos e ouviu dois mil brasileiros com mais de 16 anos de idade por todo o país.